

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Vida Seguradora S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Em 2011 a Seguradora apresentou prêmios emitidos líquidos de R\$ 159,5 milhões, representando um incremento de 16,5% sobre o exercício anterior. O lucro líquido do exercício de 2011 foi R\$ 88,5 milhões, 82,4% superior a 2010. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2011, os Acionistas deliberaram o pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$ 38.342 mil, e realizou entressuramento de ações no montante de R\$ 45.725 mil. Em

atendimento à Circular SUSEP 424/2011, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 157,5 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Os Grupos MAPFRE e Banco do Brasil celebraram Acordo de Parceria para a formação de aliança estratégica nos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares e veículos, pelo prazo de 20 anos. Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas Sociedades Holdings, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL & MAPFRE: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola, a qual controla esta Seguradora. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros

imobiliário e agrícola. A Diretoria prevê trajetória de crescimento nos segmentos em que a Seguradora opera, aproveitando, em virtude do Acordo de Parceria mencionado, a experiência e a especialização das redes comerciais da MAPFRE e do Banco do Brasil, maximizando, desta forma, as sinergias operacional e comercial das unidades de negócio e promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados aos clientes. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2012.

A Diretoria

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2011	2010
<b>Circulante</b>		<b>443.362</b>	<b>74.883</b>
Disponível		1.226	616
Caixa e bancos		1.226	616
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>380.981</b>	<b>43.450</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>27.361</b>	<b>4.442</b>
Prêmios a receber	7	26.064	4.134
Outros créditos operacionais		1.297	308
<b>Ativos de resseguros - provisões técnicas</b>	<b>11</b>	<b>3.011</b>	<b>3.719</b>
Provisões técnicas		3.011	3.594
Receita de comercialização		–	125
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>18.730</b>	<b>21.684</b>
Títulos e créditos a receber		16.367	–
Créditos tributários e previdenciários		2.343	21.684
Outros créditos		–	–
<b>Outros valores e bens</b>	<b>7.373</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Outros valores		7.373	–
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>4.347</b>	<b>54</b>	<b>–</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>11</b>	<b>4.333</b>	<b>918</b>
Seguros		4.333	918
<b>Ativo não circulante</b>		<b>218.198</b>	<b>120.937</b>
<b>Realizável longo prazo</b>		<b>214.956</b>	<b>120.255</b>
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>155.234</b>	<b>69.361</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>56.428</b>	<b>50.894</b>
Créditos tributários e previdenciários	18	48.383	43.923
Depósitos judiciais e fiscais		8.045	6.971
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>11</b>	<b>3.204</b>	<b>–</b>
Seguros		3.204	–
<b>Investimento</b>		<b>293</b>	<b>309</b>
Participações societárias		287	302
Outros investimentos		6	7
<b>Imobilizado</b>	<b>8</b>	<b>2.770</b>	<b>207</b>
Bens móveis		2.101	231
Outras imobilizações		669	86
<b>Intangível</b>	<b>9</b>	<b>179</b>	<b>66</b>
Outros intangíveis		179	66
<b>Total do ativo</b>		<b>661.560</b>	<b>195.280</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2011	2010
<b>Circulante</b>		<b>254.994</b>	<b>68.288</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>35.352</b>	<b>3.821</b>
Obrigações a pagar		5.040	1.591
Impostos e encargos sociais a recolher		5.040	394
Impostos e contribuições		27.613	7.075
Outras contas a pagar		2.159	1.161
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>7.361</b>	<b>4.116</b>
Prêmios a restituir		1.519	3
Operações com seguradoras		1.124	28
Operações com resseguradoras		1.839	879
Corretores de seguros e resseguros		1.172	2.277
Outros débitos operacionais		1.707	929
<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>10</b>	<b>6.828</b>	<b>730</b>
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>11</b>	<b>205.453</b>	<b>59.621</b>
Pessoas		163.049	–
Vida individual		42.404	59.621
<b>Passivo não circulante</b>		<b>66.750</b>	<b>521</b>
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>11</b>	<b>66.073</b>	<b>–</b>
Pessoas		66.073	–
<b>Outros débitos</b>		<b>677</b>	<b>521</b>
Provisões judiciais		15	677
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>16</b>	<b>339.816</b>	<b>127.011</b>
Capital social		153.707	223.218
Capital social em aprovação		181.685	–
Reserva de lucros		50.149	–
(-) Ações em tesouraria		(45.725)	–
Prejuízos acumulados		–	(96.207)
<b>Total do passivo</b>		<b>661.560</b>	<b>195.820</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Capital Social	(-) Ações em Tesouraria	Aumento de Capital em Aprov.	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>223.218</b>	–	–	–	–	(172.172)	51.046	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	75.965	75.965	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>223.218</b>	–	–	–	–	(96.207)	127.011	–
Aumento de capital - AGE de 28 de fevereiro de 2011	–	–	181.685	–	–	–	181.685	–
Recebimento da cisão da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência - AGE de 28 de fevereiro de 2011	–	–	–	–	–	26.696	26.696	–
Absorção de prejuízo acumulado pelo capital	–	–	–	–	–	69.511	69.511	–
Aquisição de 5.318 ações próprias - AGE de 29 de dezembro de 2011	–	(45.725)	–	–	–	–	–	(45.725)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	88.491	88.491	–
Constituição reserva legal	–	–	–	–	4.425	–	–	(4.425)
Constituição reserva para futuro aumento de cap.	–	–	–	84.066	–	–	–	(84.066)
Dividendos distribuídos conforme AGE de 29 de dezembro de 2011	–	–	–	(38.342)	–	–	–	(38.342)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>153.707</b>	<b>(45.725)</b>	<b>181.685</b>	<b>45.724</b>	<b>4.425</b>	<b>–</b>	<b>339.816</b>	<b>–</b>

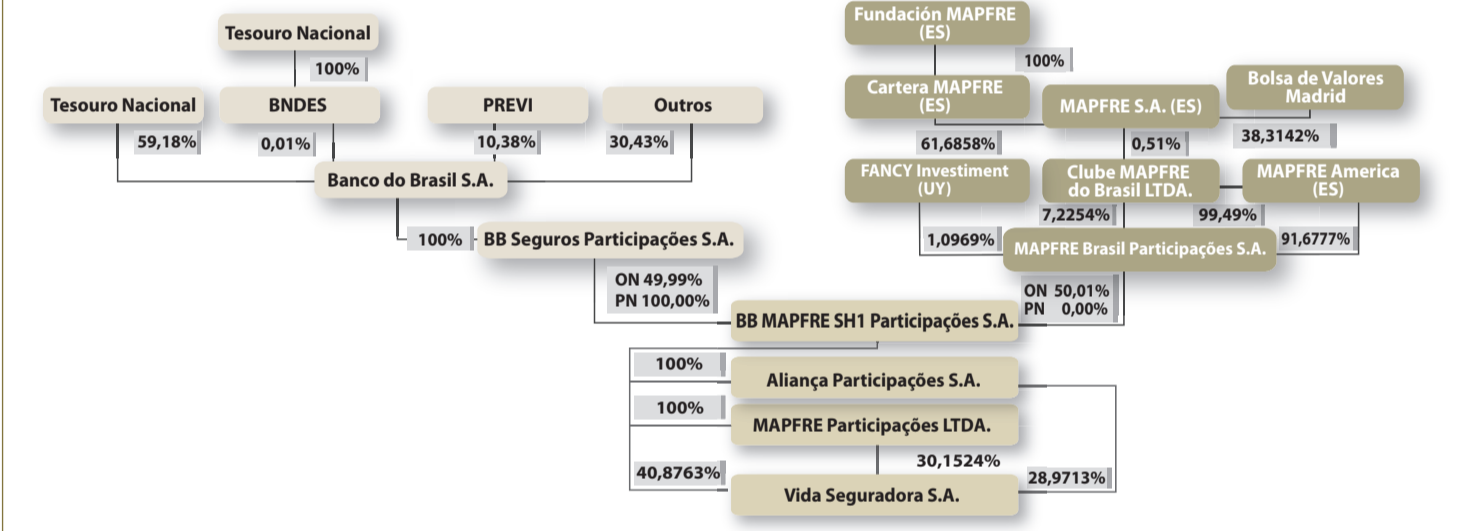
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vida Seguradora S.A. (doravante referida também como "Seguradora") é uma sociedade de capital fechado, tem como objetivo social atuar nos seguros do ramo vida em geral no território nacional. A Seguradora está sediada na rua Araújo Porto Alegre nº 36 - 3º andar, Rio de Janeiro e cadastrada no CNPJ sob o nº 02.238.239/0001-20. Em 5 de maio de 2010 o Grupo MAPFRE firmou acordo de parceria com o Banco do Brasil (BB), por meio da MAPFRE Brasil Participações S.A. e da BB Seguros Participações S.A. (subsidiária integral do BB), para atuação conjunta em certos segmentos do mercado segurador. A operacionalização dessa parceria requereu a reorganização societária e operacional no Grupo MAPFRE, aprovada previamente pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em 28 de dezembro de 2010, por meio das cartas SUSEP/SEGER,

nº 121 e 122 de 2010. Neste contexto, as operações da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A., nos segmentos de seguros de pessoas, foram incorporadas em março de 2011 pela Vida Seguradora S.A.. Os atos societários para operacionalização da parceria entre o Grupo MAPFRE e o Banco do Brasil foram concluídos em 30 de junho de 2011, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL & MAPFRE, representado por duas sociedades Holdings, conforme composição acionária abaixo: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola. A composição acionária em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:



## 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**a) Declaração de conformidade:** Em 29 de abril de 2011, a SUSEP emitiu a Circular nº 424 que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2011. Essa circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga Circulares SUSEP nºs 379/08 para a Circular SUSEP nº 424/11. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da sociedade holding BB MAPFRE SH1 Participações S.A. em 6 de fevereiro de 2012. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2010, conforme disposições da Circular nº 424, de 29 de abril de 2011. Em atendimento a esta legislação foram reclassificados os seguintes grupos: i) operações com resseguradoras (ativo) e receitas de comercialização (passivo) para ativos de resseguros (provisões técnicas); ii) receitas de comercialização diferidas (passivo) para custos de aquisição diferidos - resseguros (ativo); iii) operações de resseguros (resultado) para resultado com resseguro; e iv) custo de emissão de apólice (outras receitas e despesas operacionais) para receita com emissão de apólice; e v) Créditos tributários diferidos. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; e (iii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **e) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional da data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são re-convertidos pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data do balanço. Todas as diferenças são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto diferenças sobre itens temporários em moeda estrangeira que são parte de um investimento líquido em uma operação estrangeira. Essas são levadas diretamente ao patrimônio líquido até a venda do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado e as diferenças de impostos e créditos atribuíveis a diferenças cambiais sobre esses itens são também reconhecidos no patrimônio líquido, quando aplicável. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** Nas demonstrações financeiras foram registrados determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, estabelecida a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros, em consonância às normas homologadas pela SUSEP. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revistas periodicamente, e seus efeitos são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Nota 3b - Ativos financeiros;
- Nota 3c - Classificação dos contratos de seguros e de investimento;
- Nota 3f - Mensuração dos contratos de seguros e de investimento;
- Nota 3h - Custos de aquisição diferidos;
- Nota 3i - Provisões técnicas;
- Nota 3j - Teste de adequação dos passivos;
- Nota 7 - Prêmios a receber; e
- Nota 14 e 15 - Provisões judiciais.

**g) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais líquido quando atendem às seguintes premissas: i) espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da entidade; e **ii) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;** e **iii) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço.**

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas demonstrações. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa que possuem vencimento de curtíssimo prazo e liquidez imediata. **b) Ativos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentro de cada uma das operações com derivativos que não são objeto de hedge, quando estes apresentam ganhos, e caixa e equivalentes de caixa. **ii. Ativos mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis em data futura. **iii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de hedge, quando estes apresentam ganhos, e caixa e equivalentes de caixa. **iv. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Seguradora tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do resultado recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **v. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis em data futura. **vi. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **vii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis em data futura. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **viii. Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010** (Em milhares de reais)

**DESSAS RISCOS.** O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (Compliance) são elaborados planos de ação específicos. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituiram-se os seguintes comitês:

- Comitê Financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência desse comitê aprovar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.
- Comitê de Riscos e Controles Internos:** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, mediante designação apenas GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração.
- Comitê de Auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento à Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos de conduta vigentes; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e recomendar à Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
- Comitê Executivo:** Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre respeitando o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regulamentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.
- Risco de Seguro:** A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que um evento de sinistro ocorra e onere haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes

desse evento excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Seguradora está exposta é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio líquido de resseguro.

Região geográfica	2011		2010	
	VIDA	%	DPVAT	%
Centro Oeste	1.712	1%	1.786	1%
Nordeste	1.024	1%	3.186	2%
Norte	194	0%	721	0%
Sudeste	108.931	70%	19.584	13%
Sul	14.664	9%	4.370	3%
<b>Total</b>	<b>126.525</b>	<b>81%</b>	<b>29.647</b>	<b>19%</b>

de sensibilidade do risco de seguro: O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise de sensibilidade as provisões técnicas de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR e de Insuficiência de Prêmios - PIP. Para isso foram simulados cenários, conforme descrito abaixo, e como estes cenários afetariam o resultado e o patrimônio líquido apresentados nesta demonstração financeira: **(a) Provisões Técnicas:** recalculo do saldo das provisões técnicas com alteração nas principais premissas utilizadas no cálculo: **1) IBNR:** possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. **2) PIP:** agravamento de 5% na premissa de sinistralidade utilizada. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% na sinistralidade a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras. **(b) Sinistralidade:** total de sinistros ocorridos com uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. **(c) Taxa de Juros:** rendimento financeiro com uma redução de 1% na taxa de juros. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

	2011	2010
<b>PL</b>	<b>(3.861)</b>	<b>(3.861)</b>
<b>Resultado</b>	<b>(3.861)</b>	<b>(3.861)</b>
<b>a. IBNR</b>	<b>(3.475)</b>	<b>(3.475)</b>
<b>b. Sinistralidade</b>	<b>(4.375)</b>	<b>(4.375)</b>

e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de auto-regulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. **d) Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo descreve os investimentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: **Nível 1:** títulos em cotação em mercado ativo; **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável; **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	2011		2010	
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
<b>Carteira própria</b>	<b>378.844</b>	<b>-</b>	<b>378.844</b>	<b>43.450</b>
Letras financeiras do tesouro	36.592	-	36.592	-
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	24.988	-	24.988	21.850
<b>Fundos exclusivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>
Letras financeiras do tesouro	71.167	-	71.167	-
Notas do tesouro nacional	37.416	-	37.416	-
Operações compromissadas	100.174	-	100.174	-
Opções de futuros (nota 6)	-	-	-	2
Over	35.887	-	35.887	3.602
Títulos da dívida agrária	72.576	-	72.576	17.996
Swap (nota 6)	44	-	44	-
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>	<b>157.461</b>	<b>-</b>	<b>157.461</b>	<b>69.361</b>
<b>Fundos exclusivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Notas do tesouro nacional	157.461	-	157.461	69.361
<b>Total geral</b>	<b>536.305</b>	<b>-</b>	<b>536.305</b>	<b>112.811</b>

Não houve reclassificação entre as categorias das aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A Seguradora não possui operações financeiras de títulos na categoria de nível III.

**6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados na carteira de fundos de investimento exclusivos. A Seguradora utiliza o mercado de derivativos para realizações de operações ativas e para proteção (hedge), visando sempre a redução da exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. O uso de derivativos frequentemente é associado a operações com títulos públicos, privados e ações (valores mobiliários). O monitoramento dos riscos das operações realizadas no mercado de derivativos é feita de forma ativa e consistente com as políticas rígidas de controle, estratégias previamente estabelecidas e aprovadas de acordo com as políticas de investimento adotadas pelo GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. Os limites são sempre pré-determinados, ou seja, todas as operações são submetidas a uma rigorosa análise de "Stress Testing" e confrontadas com a política de controle de risco adotada de "Stop Loss", sendo que após o início das posições passamos a utilizar a política de "Value at Risk" e "Stress Testing" para o monitoramento das posições. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos "Mark to Market" são definidos pelo administrador das carteiras e custodiante, BEM DTYM (100% Grupo Bradesco) e Banco Bradesco S.A. respectivamente, que utilizam as curvas e taxas da ANBIMA e BM&FBovespa para os cálculos e a precificação atreladas aos metodologias convencionais e comumente aceitas pelo mercado e de acordo com o código de auto-regulação. A área de risco da MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. confronta diariamente os resultados obtidos pelo administrador, a fim de se consolidar os resultados obtidos. As operações dos instrumentos financeiros derivativos são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Mercadorias e Futuros, na CETIP S.A. - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia, instituições de "Clearing" de alta confiabilidade e renome no mercado.

**7. PRÊMIOS A RECEBER**

**a) Por prazo de vencimento**

	2011	2010
Vincendos	24.990	3.533
Vencidos	-	-
1 a 30 dias	900	233
31 a 60 dias	247	102
61 a 120 dias	770	137
121 a 180 dias	1.579	160
181 a 365 dias	3.340	591
Superior a 365 dias	3.989	166
<b>Total</b>	<b>35.815</b>	<b>4.922</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.751)	(788)
<b>Total de prêmios a receber</b>	<b>26.063</b>	<b>4.134</b>

O período médio de recebimento oferecido pela Seguradora para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 30 dias.

**b) Movimentação de prêmios a receber**

	2011	2010
<b>Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>4.134</b>	<b>185.945</b>
Prêmios emitidos/líquidos	-	(26.611)
Prêmios cancelados	-	(137.404)
Recebimentos	-	26.064
<b>Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>26.064</b>	<b>26.064</b>

**8. IMOBILIZADO**

	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Benefetórias	Outras	Total
<b>Custo</b>	<b>580</b>	<b>441</b>	<b>1</b>	<b>58</b>	<b>739</b>	<b>1.819</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.562</b>	<b>1.305</b>	<b>567</b>	<b>1.040</b>	<b>661</b>	<b>5.134</b>
Transferências	-	-	-	(24)	-	(24)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>2.113</b>	<b>1.746</b>	<b>568</b>	<b>1.075</b>	<b>1.400</b>	<b>6.901</b>
<b>Depreciações</b>	<b>(450)</b>	<b>(406)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(656)</b>	<b>(1.512)</b>
Depreciações do período	(713)	(393)	(267)	(296)	(950)	(2.618)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>(1.163)</b>	<b>(799)</b>	<b>(267)</b>	<b>(296)</b>	<b>(1.605)</b>	<b>(4.130)</b>

**Valor contábil**

	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2011
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>130</b>	<b>35</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>950</b>	<b>947</b>
<b>Amortizações</b>	<b>301</b>	<b>779</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>83</b>	<b>307</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>(205)</b>	<b>2.771</b>

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

	Taxa Anual	Anos de Vida Útil
Máquinas e equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Móveis e utensílios	10%	10
Veículos	20%	5
Computadores e periféricos	20%	5

**9. INTANGÍVEL**

	Desenvolvimento de Software	Total
<b>Custo</b>	<b>2.570</b>	<b>2.570</b>
Adições	2.955	2.955
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>5.525</b>	<b>5.525</b>
<b>Amortizações</b>	<b>(2.504)</b>	<b>(2.504)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(2.842)	(2.842)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>(5.346)</b>	<b>(5.346)</b>

**Valor contábil**

	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2011
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>66</b>	<b>66</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>179</b>	<b>179</b>

As taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

	Taxa Anual	Anos de Vida Útil
Desenvolvimento de programas	20%	5*
Marcas e patentes	-	indeterminado

\* a partir da data de sua utilização

**10. DEPOSITOS DE TERCEIROS**

As contas registradas em Depósitos de Terceiros são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados das contas de Prêmios a Receber, configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Seguradora.

	Período	2011	2010
1 a 30 dias	6.828	730	-
<b>Total</b>	<b>6.828</b>	<b>730</b>	<b>-</b>

**11. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS**

	2010	Reversões	Capitulações	2011
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>2.115</b>	<b>(29.975)</b>	<b>157.541</b>	<b>129.681</b>
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	-	(40.355)	49.090	8.735
Provisão para riscos não expirados (PRNE + PRVNE)	44.077	-	69.411	71.490
Provisão de benefícios a regularizar	-	(21.452)	42.205	20.753
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	11.718	-	13.513	25.231
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	-	(564)	10.805	10.241
Outras provisões (PCP)	1.713	-	3.158	4.871
Outras provisões (excluído PCP)	-	-	524	524
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>59.621</b>	<b>(161.757)</b>	<b>373.662</b>	<b>271.526</b>
<b>Provisões técnicas - resseguro</b>	<b>61</b>	<b>(3.595)</b>	<b>3.623</b>	<b>89</b>
Provisão de sinistros a liquidar	2.628	(2.678)	1.775	1.725
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	966	-	140	1.107
Outras provisões (PCP)	64	-	27	90
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>3.719</b>	<b>(6.272)</b>	<b>5.565</b>	<b>3.011</b>

Os custos diretos e indiretos incorridos decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro são ditos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

**12. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS**

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de publicação do balanço. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade dos sinistros à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cedido, aceite e resseguro. Não está incluído o ramo 88 - DPVAT.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
<b>Montante estimado para os sinistros</b>	<b>26.286</b>	<b>26.736</b>	<b>26.201</b>	<b>30.724</b>	<b>23.606</b>	<b>79.609</b>	<b>213.162</b>
* Ano no da ocorrência	-	-	-	-	-	-	-
* Um ano após a ocorrência	29.755	29.931	29.297	30.653	52.861	-	172.497
* Dois anos após a ocorrência	31.446	31.166	29.814	40.524	-	-	132.950
* Três anos após a ocorrência	32.221	32.155	32.198	-	-	-	96.574
* Quatro anos após a ocorrência	33.160	33.872	-	-	-	-	67.032
* Cinco anos após a ocorrência	35.261	-	-	-	-	-	35.261
<b>Estimativa dos sinistros na data-base</b>	<b>35.261</b>	<b>33.872</b>	<b>32.198</b>	<b>40.524</b>	<b>52.861</b>	<b>79.609</b>	<b>274.325</b>
<b>Pagamentos de sinistros efetuados</b>	<b>32.488</b>	<b>30.564</b>	<b>28.116</b>	<b>31.569</b>	<b>41.545</b>	<b>50.385</b>	<b>214.667</b>
<b>Sinistros pendentes</b>	<b>2.773</b>	<b>3.308</b>	<b>4.082</b>	<b>8.955</b>	<b>11.316</b>	<b>29.224</b>	<b>59.658</b>

**13. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS**

	2011	2010
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>271.526</b>	<b>59.621</b>
Exclusões:	3.011	3.719
Provisões técnicas - resseguro	7.701	6.627
Depósitos judiciais	10.712	10.346
<b>Total de exclusões:</b>	<b>260.813</b>	<b>49.275</b>
<b>Total a ser coberto</b>	<b>10.712</b>	<b>10.346</b>
<b>Ativos garantidores</b>	<b>260.813</b>	<b>49.275</b>

**Aplicações**

Quotas de fundos de investimentos

Quotas fundos especialmente constituídos - DPVAT

**Total de aplicações**

**Ativos livres**

	511.317	90.961
	24.988	21.850
<b>Total</b>	<b>536.305</b>	<b>112.811</b>
	275.492	63.536

**14. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL**

**a) Composição das ações judiciais envolvendo sinistros**

	2011	2010
<b>PSL Judicial</b>	<b>885</b>	<b>857</b>
Provável	22.748	15.088
<b>Total</b>	<b>23.633</b>	<b>1</b>

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	2011	2010
Tributos a compensar	136	136
Tributos retidos na fonte	63	83
Prejuízo fiscal/Base negativa	2.124	21.465
<b>Total circulante</b>	<b>2.323</b>	<b>21.684</b>
Contingências cíveis	127	126
Provisão para riscos de crédito	3.983	392
Provisão para participação nos lucros	41	41
Contingências trabalhistas	144	82
Outras provisões	14.643	13.837
Prejuízo fiscal/Base negativa	29.445	29.445
<b>Total não circulante</b>	<b>48.383</b>	<b>43.923</b>

**19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**Partes Relacionadas**  
MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.  
MAPFRE Seguros Gerais S.A.

Conforme acordo operacional firmado entre os acionistas, a Seguradora utiliza estrutura administrativa operacional comum, sendo que em conjunto com as empresas do Grupo MAPFRE compartilha: serviços de contabilidade, gestão de recursos humanos, jurídico corporativo, auditoria interna e compliance, administração geral e sistemas de gestão operacional de seguros de vida. As despesas incorridas com essa estrutura são rateadas com base no esforço empregado por área de cada empresa. **i. Remuneração do pessoal-chave da administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas Administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. **a) Outras informações:** Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: **i)** Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; **ii)** Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; **iii)** Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Seguradora, quaisquer diretores ou administradores da própria Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Administração ou da Diretoria e seus familiares. **b) Participação acionária:** Os membros da Administração e da Diretoria da Seguradora não possuem individualmente ou em conjunto participação acionária na Seguradora em 31 de dezembro de 2011.

Ativo	2011				2010			
	Ativos	Passivos	Despesas	Receitas	Ativos	Passivos	Despesas	Receitas
<b>Circulante</b>								
Disponível	194	-	2.101	-	-	-	-	-
Caixa e bancos	-	445	14.937	-	-	(1.124)	-	-
<b>Aplicações</b>								
Quotas de fundos de investimentos	356.194	-	17.038	-	-	-	-	-
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>								
Prêmios a receber	71.637	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para riscos de crédito	(4.486)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Títulos e créditos a receber</b>								
Outros créditos	314	-	-	-	-	-	-	-
<b>Despesas antecipadas</b>								
Administrativas	110	-	-	-	-	-	-	-
<b>Despesas de comercialização diferidas</b>								
Seguros e resseguros	1.384	-	-	-	-	-	-	-
<b>Despesas de resseguro e retrocessões diferidas</b>								
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	9	-	-	-	-	-	-	-
<b>Realizável a longo prazo</b>								
Quotas de fundos de investimentos	97.735	-	-	-	-	-	-	-
<b>Títulos e créditos a receber</b>								
Créditos tributários e previdenciários	2.478	-	-	-	-	-	-	-
Dépósitos judiciais e fiscais	1.049	-	-	-	-	-	-	-
<b>Despesas de comercialização diferida</b>								
Seguros e resseguros	8.564	-	-	-	-	-	-	-
<b>Permanente</b>								
Imobilizado	2.917	-	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	1.872	-	-	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	634	-	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação	(1.487)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Intangível</b>								
Outros intangíveis	1.045	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>541.686</b>							

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos. Foram utilizados no decorrer do ano de 2011 R\$ 19.342 dos créditos tributários de prejuízos e base negativa, sendo que o saldo remanescente de R\$ 31.568 será utilizado nos anos subsequentes até 2014, conforme estudo realizado. Os créditos tributários de diferenças temporárias são oriundos, substancialmente, da constituição de provisões judiciais, cuja realização está condicionada ao desfecho dos processos judiciais em discussão e possuem prazos de julgamento não previsíveis.

**Crédito tributário - Prejuízo fiscal/Base negativa**

	2012	2013	2014
<b>Saldo inicial</b>	<b>31.568</b>	<b>16.017</b>	<b>4.681</b>
Utilização	(15.551)	(11.336)	(4.681)
<b>Saldo final</b>	<b>16.017</b>	<b>4.681</b>	<b>-</b>

**20. TRANSFERÊNCIA DE CARTEIRA - CISÃO**

Em 5 de maio de 2010, o Grupo MAPFRE firmou acordo de parceria com o Banco do Brasil para atuação conjunta no mercado segurador nos segmentos de pessoas, ramos elementares e automóvel. A operacionalização dessa parceria requer a reorganização societária da área de seguros, da MAPFRE, no qual se inclui esta Seguradora. Nesse contexto, as operações da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A., nos segmentos de seguros de pessoas, foram incorporadas em 31 de março de 2011 pela Vida Seguradora S.A.. Em 28 de dezembro de 2010, a SUSEP aprovou previamente a reorganização operacional e societária por meio das cartas SUSEP/SEGER nºs 121 e 122 de 2010. Os direitos e obrigações relacionados às transferências conforme contrato celebrado entre as partes são: a) Assumir as garantias previstas nas Condições Gerais, Especiais e Particulares das carteiras de seguros transferidas, estabelecer preços, avaliar riscos, fazer cotação, administrar e desempenhar todos os deveres de uma Seguradora, com relação ao seguro; b) Processar, ajustar, pagar ou recusar as indenizações previstas nas apólices/certificados individuais, de acordo com a legislação aplicável, e nos termos das Condições Gerais, Especiais e Particulares dos respectivos seguros; c) Prestar atendimento pós-venda ao cliente/segurado, mantendo serviço de atendimento ao cliente; e d) Os montantes incorporados foram os seguintes:

Passivo	2011				2010			
	Ativos	Passivos	Despesas	Receitas	Ativos	Passivos	Despesas	Receitas
<b>Circulante</b>								
Contas a pagar	194	-	2.101	-	-	-	-	-
Obrigações a pagar	-	445	14.937	-	-	(1.124)	-	-
Impostos e encargos sociais a recolher	-	445	17.038	-	-	-	-	-
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>								
Prêmios a restituir	356.194	-	-	-	-	-	-	-
Corretores de seguros e resseguros	71.637	-	-	-	-	-	-	-
Outros débitos operacionais	(4.486)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Depósito de terceiros</b>								
Provisões técnicas - seguros e resseguros	3.118	-	-	-	-	-	-	-
<b>Provisões técnicas - seguros e resseguros</b>								
Ramos elementares e vida em grupo	4.189	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de prêmios não ganhos	153.500	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros a liquidar	68.318	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	25.928	-	-	-	-	-	-	-
Outras provisões	31.302	-	-	-	-	-	-	-
<b>Vida individual com cobertura e sobrevivência</b>								
Provisão de riscos não expirados	85.182	-	-	-	-	-	-	-
Provisão eventos ocorridos mas não avisados	28.061	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de benefícios a regularizar	10.186	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de despesas administrativas	24.419	-	-	-	-	-	-	-
<b>Exigível a longo prazo</b>								
Provisões técnicas - seguros	22.516	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ramos elementares de vida em grupo</b>								
Provisão de prêmios não ganhos	171.480	-	-	-	-	-	-	-
<b>Patrimônio líquido</b>								
	171.480	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>541.686</b>							

**21. ISENÇÕES ADOTADAS E EXCEÇÕES OBRIGATORIAS**

Para os períodos anteriores, incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, as demonstrações financeiras foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Superintendência de Seguros Privados e pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09).

A Seguradora adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC aprovados pela SUSEP no que não contrariem os requerimentos do órgão regulador, consequentemente, as demonstrações financeiras estão de acordo com as exigências da Autarquia. Abaixo listamos a exceção adotada pela Seguradora referente às isenções obrigatórias e opcionais a serem consideradas no primeiro ano de adoção das normas IFRS:

Avaliação de contratos de seguros - a Companhia adotou os requerimentos do CPC 11 - "Contratos de Seguros", que permite a manutenção de certas práticas contábeis utilizadas anteriormente, após o cumprimento de certos requerimentos mínimos do CPC, tais como classificação de contratos e teste de adequação dos passivos ("Liability Adequacy Test" conforme definido no IFRS 4), obrigatórios para os contratos que atendem a definição de "Contrato de Seguro" tal como definido naquele pronunciamento. A Administração aplicou as disposições transitórias do CPC 11 para limitar aos últimos cinco anos as divulgações de informações sobre o desenvolvimento de sinistros.

A adoção antecipada dos pronunciamentos internacionais ou a adoção de alternativas neles previstas está condicionada à aprovação prévia da SUSEP, por meio de ato normativo. Na data de emissão das demonstrações financeiras, a Seguradora decidiu não adotar de maneira antecipada as seguintes normas e interpretações que foram emitidas pelo IASB, mas que não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2011. É importante destacar que estas normas e interpretações não foram emitidas ainda pelo CPC e que consequentemente não se encontram aprovadas pela SUSEP:

- IAS 12 (Revisada) "Imposto de renda": em vigor para períodos que comecem em 01 de janeiro de 2012;
- IFRS 7 (Revisada) "Instrumentos financeiros: informações a divulgar": em vigor para exercícios que comecem a partir de 01 de julho de 2011;
- IFRS 9 (Revisada) "Instrumentos financeiros": em vigor para exercícios que comecem a partir de 01 de janeiro de 2013;
- IAS 19 (Revisada) "Benefícios a empregados": tendo vigência obrigatória para todos os exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013;
- IFRS 10 "Demonstrações financeiras consolidadas": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013;
- IFRS 11 "Operações conjuntas": tendo sua vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013;
- IFRS 12 "Informações a serem divulgadas sobre participações em outras sociedades": tendo sua vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013;
- IAS 27 (Revisada) "Demonstrações financeiras individuais": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013;
- IAS 28 (Revisada) "Investimentos em associadas e combinação de negócios": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013;
- IFRS 13 "Mensuração de valor justo": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013.

A Seguradora não identificou ajustes no patrimônio líquido e resultado em decorrência das alterações promovidas pela Circular SUSEP nº 424/11.

**22. OUTRAS INFORMACÕES**

Conforme permite o artigo 14 da Resolução CNSP nº 118 de 22 de dezembro de 2004, o Comitê de Auditoria foi criado na seguradora líder, MAPFRE Seguros Gerais S.A., a qual publica o respectivo resumo do relatório em conjunto com suas demonstrações financeiras, que também referenda as operações da Seguradora.

**PARECER ATUARIAL**

Aos Senhores Administradores e Acionistas da **VIDA Seguradora S.A. - CNPJ 02.238.239/0001-20**  
1. Informamos que elaboramos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas e dos demais aspectos atuariais da Vida Seguradora S.A. com data-base de 31 de dezembro de 2011, conforme estabelecido nas Circulares SUSEP nº 272/2004, 410/2010 e na Resolução CNSP nº 135/2005. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas, limites de retenção e demais aspectos atuariais analisados na avaliação atuarial.  
2. Todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da Vida Seguradora S.A., referentes a 31 de dezembro de 2011, foram avaliadas, e correspondem à provisão de prêmios não ganhos, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos, provisão complementar de prêmios, provisões de riscos não expirados, provisão de riscos vigentes e não recebidos, provisão de excedentes técnicos, provisão de oscilação financeira, provisão de despesas administrativas, provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.

3. Com a comprovação de suficiência na Provisão de Prêmios Não Ganhos, não houve necessidade da constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios, e também não houve a necessidade de constituição da provisão de insuficiência de contribuições, devido ao equilíbrio técnico-atuarial da carteira.  
4. Nossa avaliação foi conduzida de acordo com as metodologias atuariais e estatísticas conhecidas e aplicáveis no Brasil, internacionalmente aceitas, e compreendiam em analisar a adequação das Provisões Técnicas constituídas e a movimentação da carteira por ramo de seguro. Assim, verificamos a precisão dos dados, a metodologia e consistência das Provisões Técnicas constituídas, bem como a movimentação na carteira por tipo de ramo de seguro, durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

5. Com base nos estudos efetuados, as Provisões Técnicas acima referidas apresentam-se adequadas em todos os aspectos relevantes no que diz respeito às melhores práticas atuariais e estão refletidas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011, com valores consistentes.  
6. Este Parecer é parte integrante do Relatório de Avaliação Atuarial.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2012

**Bento Aparício Zanzini**  
Diretor Responsável Técnico

**Vera Lúcia Fernandes Lopes**  
Atuária Responsável Técnica MIBAnº 817

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da **Vida Seguradora S.A.**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Vida Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.  
**Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras**  
A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
**Responsabilidade dos Auditores Independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em

nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.  
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.  
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vida Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012.

**ERNST & YOUNG TERCO**  
Quality In Everything We Do  
**ERNST & YOUNG TERCO**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-25P015199/O-6 "F" RJ

**Patrícia di Paula da Silva Paz**  
Contador CRC-15P198827/O-3 "S" RJ

**DIRETORIA**

Diretor Presidente  
**Roberto Barroso**  
Diretor Vice-Presidente  
**Marcos Eduardo dos Santos Ferreira**

**Alencar Rodrigues Ferreira Júnior**  
**Benedito Luiz Alves Dias**  
**Bento Aparício Zanzini**  
**Carlos Alberto Landini**

Diretores

**Cleide da Penha Fonseca Rodrigues**  
**Eduardo de Oliveira Martins**  
**Felipe Costa da Silveira Nascimento**  
**Luis Carlos Guedes Pinto**  
**Paulo Euclides Bonzanini**

Contadora  
**Simone Piretti Gonçalves**  
CRC 15P183717/O-5 "S" RJ  
Atuária  
**Vera Lúcia Fernandes Lopes**  
Registro MIBAnº 817

Os primeiros passos são sempre os mais importantes. A nova geração sabe disso.

O nosso primeiro ano de vida foi repleto de novidades e conquistas. Criamos ainda mais produtos para facilitar a sua vida, ampliamos nosso portfólio com serviços inovadores e nos tornamos uma das empresas que mais crescem no país. E esses são apenas os primeiros passos de um grupo que coloca as pessoas sempre em primeiro lugar.



GRUPO SEGURADOR  
BANCO DO BRASIL  
BASIL E MAPFRE

GRUPO SEGURADOR



Uma nova geração de seguros.